



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FABRÍZIO LUCIANO DE FRANÇA

**ENTRE AS VEREDAS DA JUSTIÇA:
A TRANSFORMAÇÃO SENHORIAL E A CORRUPÇÃO CLRECIAL NA
CORTE DE HENRIQUE IV (1065-1106)**

Brasília
2023

FABRÍZIO LUCIANO DE FRANÇA

**ENTRE AS VEREDAS DA JUSTIÇA:
A TRANSFORMAÇÃO SENHORIAL E A CORRUPÇÃO CLERICAL
NA CORTE DE HENRIQUE IV (1065-1106)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust.

Brasília

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

FABRÍZIO LUCIANO DE FRANÇA

**ENTRE AS VEREDAS DA JUSTIÇA:
A TRANSFORMAÇÃO SENHORIAL E A CORRUPÇÃO CLERICAL NA CORTE DE
HENRIQUE IV (1065-1106)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento
de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura
em História.

Brasília, 16 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Filomena Pinto da Costa Coelho

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Dr. Alécio Nunes Fernandes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu pai, Wellington de França Felix, e à minha mãe, Ritamar Luciano de França. A meu pai, por me incentivar a ler desde criança, por nunca medir esforços para meu desenvolvimento intelectual, e por me ensinar que conhecer sobre o mundo pode ser prazeroso. À minha mãe, por ter me ajudado nos primeiros passos de minha alfabetização, por todas as vezes que me buscou na escola, e por todas as refeições que preparou para mim enquanto eu produzia este trabalho. Não tenho dúvida que as palavras redigidas aqui só existem pelo esforço de vocês. Agradeço também à minha irmã, Ruhana, pelas conversas na mesa do café, os conselhos sobre a vida na universidade, e as muitas indicações de autoras e autores.

Agradeço também ao meu orientador, Leandro Duarte Rust, por todas as nossas conversas, as bibliografias indicadas, os livros emprestados e as palavras de incentivo. Todos os acertos desse trabalho têm, em alguma medida, influência sua. Agradeço a todos os companheiros do grupo de estudos *De Corruptione*, em especial à Maria Filomena e ao Alécio, por aceitarem de bom grado o convite para comentarem sobre os primeiros esboços do texto que deu origem a este trabalho.

Agradeço aos artistas Diomedes Chinaski, BK e Nabru, por me darem a linguagem necessária para acessar e articular muitos dos meus sentimentos. Um agradecimento especial ao artista pernambucano Don L, cujo trecho da sua música, Primavera, que diz: “as tecnologias ancestrais, nós temos/ pra induzir o sonho dentro de um pesadelo/ entre um traçante e outro/ dilatar o tempo e imaginar um mundo novo” eu levo, hoje, na cabeça e no coração, como um paradigma epistemológico.

Acredito que a vida ganha sentidos mais concretos quando compartilhamos nossas felicidades, por isso, agradeço de forma especial aos meus amigos: Ana Heloísa, Bruna Letícia, Bruna Lima, Hugo Teolfe, Mariana Valentim, Brendo Brier, Cíntia Sakata, Raphael Miller e Isabela Liotto por todos os momentos de risadas sinceras, pela companhia e as boas conversas sobre futilidades da vida que tornaram esse trabalho bem menos cansativo.

Agradeço de forma especial à minha namorada e companheira de sonhos e de lutas, Rebeka Miller. Obrigado por *tudo*. De forma genuína, tudo que eu sou hoje tem um pedaço seu. Toda vitória, todo prêmio, toda conquista minha é, por justiça, metade sua.

RESUMO

Resumo: Nesse trabalho, busco explorar a relação da mudança na distribuição do território italiano no Império de Henrique III com a ideologia da dinastia sálica e os *processos discursivos* inseridos nela. O objetivo é compreender como as balanças políticas que permitiram que Henrique III fizesse valer as prerrogativas das investiduras já não permitiam o mesmo a seu filho. A disputa entre Henrique IV (1050-1106) e Gregório VII (1020-1085) não pode ser compreendida isoladamente, sem levar em conta a *transformação senhorial*¹, as disputas de poder no interior da Itália, e a forma como o poder Imperial se comportou frente a essas disputas. As alianças de fortes casas italianas aos reformadores e a Gregório VII são sugestões de que esse conflito era mais do que uma disputa entre o Papado e o Poder Imperial.

A disputa pelo poder de definir a corrupção, que incide na Querela das Investiduras, deve ser compreendida através de *processos discursivos* inseridos na ideologia que a dinastia sálica passa a construir desde o reinado de Conrado II, e tem sua tensão (ou parte dela) descarregada durante o reinado de Henrique IV. O controle fundiário fruto dessa ideologia, que chamarei nesse trabalho de *partilha de riqueza*, ameaçava a dominação que casas tradicionais da Itália exerciam sobre suas jurisdições, o que explicaria a aproximação da casa Canossa-Lotaríngia ao Papado durante o papado de Gregório VII.

Palavras-chave: Querela das Investiduras; Transformação senhorial; ideologia; dinastia sálica; Henrique III; Henrique IV; Gregório VII; papado.

¹ FIORE, Alessio. *The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130*. Oxford University Press. 2020.

ABSTRACT

Abstract: In this work, I seek to explore the relationship between the change in the distribution of Italian territory during the Empire of Henry III with the ideology of the Salic dynasty and the *discursive processes* inserted in it. The objective is to understand how the political balances that allowed Henry III to assert the prerogatives of investiture no longer allowed the same for his son. The dispute between Henry IV (1050-1106) and Gregory VII (1020-1085) cannot be understood in isolation, without taking into account the *Seigneurial Transformation*, the power disputes in the interior of Italy, and the way in which the Imperial power behaved in the face of these disputes. The alliances of strong Italian houses with the reformers and with Gregory VII are suggestions that this conflict was more than a contest between the Papacy and Imperial Power.

The dispute for the power to define corruption, which affects the Investiture Contest, must be understood through *discursive processes* inserted in the ideology that the Salic dynasty started to build since the reign of Conrad II, and has its tension (or part of it) discharged during the reign of Henry IV. Land control resulting from this ideology, which I will call wealth sharing in this work, threatened the domination that traditional houses in Italy exercised over their jurisdictions, which would explain the approach of the Canossa-Lotharingia house to the Papacy during the papacy of Gregory VII.

Keywords: Investiture Contest; Seigneurial Transformation; ideology; salic dynasty; Henry III; Henry IV; Gregory VII; papacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A partilha da Linguagem: Sobre a ideologia de governança sálica	13
CAPÍTULO 2 - A partilha da Riqueza: Sobre a organização material da dinastia sálica ...	22
CAPÍTULO 3 – Nomeando o Intolerável: A corrupção como um campo de disputa	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	45

INTRODUÇÃO

Para Hegel, há um processo de violência na própria simbolização de algo, isso é, no interior da linguagem². A linguagem simplifica a coisa designada a um simples traço; insere a coisa significada em um campo de significação que lhe é exterior, restando apenas a reminiscência da situação vivida. É, no entanto, através dessa mesma linguagem que a nossa forma de sentir o mundo é transformada. O caminho é pavimentado por um processo dialético: a gramática nos dá as armas para descrever a uma situação, mas ao mesmo tempo aprendemos a perceber a situação apenas na forma em que ela foi grafada, substituindo o todo pelo traço. A linguagem é grande fator de divisão; é por ela que podemos viver em mundos diferentes, ou, como no caso desse trabalho, que um mundo pôde impor-se sobre outro.

Neste trabalho, parto do princípio de que a linguagem é a base comum dos processos discursivos. Há um conjunto de regras (sobretudo gramaticais e semânticas)³ dentro das quais um indivíduo pode articular um discurso coerente, inserido em uma língua comum. No entanto, os processos discursivos são constituídos por e constituem uma ideologia. Portanto, não existe um sujeito pré-ideológico que usa da língua de modo abstrato, a despeito das condições materiais de uma ideologia prática (de luta de classes)⁴. Uma palavra, frase ou preposição não possui um sentido “em si mesmo”, mas determinado pelas posições ideológicas que sustentam a formação desse processo discursivo⁵.

A ideologia é condição e condicionante da luta de classes, sendo assim, do reino da política. Há uma disputa constante para configurar novas relações que reposicionam esses sujeitos dentro dos aparelhos ideológicos.⁶ Esses aparelhos ideológicos constituem a

² ZIZEK, Slavoj. A violência da linguagem em: ZIZEK, Slavoj Violência: seis reflexões laterais/ Tradução: Miguel Serras Pereira. Boitempo Editorial, Kindle Edition. L. 1330.

³ PÊCHEUX, Michel. Língua e ideologia em: Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014. pp. 77-84.

⁴ *Ibidem*, pp. 129-144.

⁵ *Ibidem*, p. 146.

⁶ PÊCHEUX, Michel. Sobre as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção em: Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014. pp. 129-136.

materialidade da estrutura sobre a qual um determinado discurso será enunciado e tem por função primordial manter ativa a ideologia da reprodução da distribuição de recursos.

A ideologia, nesse trabalho, encontra-se muito distante de uma noção de “falseamento da realidade objetiva”, uma espécie de véu que esconde a realidade única do fato. Essa definição implicaria a existência de um lugar neutro ideologicamente, um terceiro lugar, do qual o cientista social pode analisar a existência de um ato antes de sua simbolização em forma de linguagem. A realidade nunca se apresenta como “ela mesma”, mas necessita de uma simbolização que a represente, sendo essa simbolização sempre incompleta⁷.

Portanto, não existe realidade que se sustente sem um “corpo espectral”, sem uma liga que simboliza e dá substância para a própria materialidade. Essa simbolização pode acontecer *a posteriori* do ato, retroativamente, e não possui necessariamente relação com alguma “realidade última do fato”, mas sim com a legitimidade dos grupos que foram bem-sucedidos em afirmar sua hegemonia discursiva.

A ideologia representa, então, um complexo de ideias, crenças, e métodos de enunciação, mas ao mesmo tempo a própria materialidade em que esse conjunto se constitui, os *aparelhos ideológicos* (nesse trabalho: as abadias, as distribuições de bispados e o monopólio dos rituais litúrgicos). A disputa por esses aparelhos ideológicos configura-se dentro de uma disputa por hegemonia discursiva, na qual um dos diferentes grupos de sujeitos terá êxito em “apropriar-se” da ideologia e afirmar sua visão de mundo como “a verdade”.

Defendo também que a corrupção não se esgota como um ato jurídico. Há uma separação entre um ato ilícito e uma corrupção. Desse modo, a corrupção sempre aparece, ao menos para os historiadores, como um *discurso sobre a corrupção*. Nunca de forma supra ideológica, mas através de um ou mais sujeitos e sob uma ideologia. O que faz com que um ato de violação seja transformado em um ato de corrupção é a correlação de forças políticas que sustentam um discurso capaz de marcar aquele ato como corrupto.

Aqui vale uma pequena nota: a palavra corrupção (*corruption*) não aparece em nenhum momento nas fontes lidas, na tradução em inglês. No entanto, o que aparece de forma clara é o sentido etimológico da palavra, a lógica de deteriorar, de “corrosão do corpo social”. Dessa

⁷ ZIZEK, Slavoj. Ideologia: a análise espectral de um conceito in: Um Mapa da Ideologia/ Theodor W. Adorno ... [et. al.]; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.26.

forma, o sentido da palavra aparece diversas vezes ao longo das fontes⁸ e parece surgir mais vezes à medida que a disputa por legitimidade se torna acirrada entre as partes envolvidas.

Por fim, a ordem dos capítulos não representa uma primazia da ideologia sobre a distribuição material, da partilha de linguagem sobre a partilha de riqueza, como se uma necessariamente precisasse anteceder a outra. Acredito que ambos os fenômenos ocorreram ao mesmo tempo, no caso estudado. A divisão em duas partes diferentes tem o único objetivo de trazer inteligibilidade ao caso estudado aqui.

Essas são as formulações que orientam o desenvolvimento desse trabalho. As escolho por acreditar que, ao contrário de limitarem meu campo de observação, permitem um maior horizonte de possibilidades ao enxergar o objeto de meu estudo, isso é, a transformação senhorial na Itália e a corrupção eclesiástica na corte de Henrique IV.

A escolha desse objeto, necessariamente me fez passar pela questão das investidas e da disputa que se desenvolve entre o papado e o governo imperial pelo poder de investir legitimamente bispos e outros cargos episcopais. Ao escolher as linhas de análise explicitadas acima é possível evitar uma abordagem simplesmente legalista da questão, ou ainda cair em um psicologismo ao tentar explicar esse evento complexo por meio da personalidade do Imperador e do Papa. O objetivo é compreender como os discursos sobre a corrupção eclesiástica se relacionam com a transformação senhorial e a redistribuição de riquezas nos territórios do império.

A disputa entre a Igreja e o governo imperial concentra-se principalmente em duas figuras: Henrique IV, muitas vezes compreendido como o grande inimigo da reforma e a personificação dos valores feudais; e Gregório VII, compreendido como a força revolucionária, “o pivô de uma nova consciência religiosa”⁹. busquei, ao longo desse trabalho, dilatar as compreensões sobre essa disputa, inserindo-a em um modelo de redistribuição que aconteceu anos sob o reinado de Henrique III e tem parte de sua tensão descarregada posteriormente, no reinado de Henrique IV. Só assim foi possível compreender porque as ações de Henrique III

⁸ Pode-se encontrar alguns exemplos nas cartas 11, 12 e 17, em: *Imperial lives and letters of the eleventh century. The letters of Henry IV.* 2000.

⁹ Visão essa que é criticada metodicamente em: RUST, Leandro Duarte. *A Reforma Gregoriana ou o mito do Estado involuntário* em: RUST, Leandro Duarte. *Mitos Papais: Política e imaginação na História.* -Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. - (Série A Igreja na História). p. 127.

foram consideradas justas e corretas e as ações de seu filho não, mesmo ambas seguindo as mesmas prerrogativas.

Optar por uma teoria materialista da análise de discurso me permitiu enquadrar o discurso dentro das relações materiais do período e do espaço estudado. Trabalhar com o discurso orientado por uma formação ideológica permitiu enxergar a disputa dentro desses aparelhos ideológicos que constituem e são constituídos por essa mesma ideologia em um processo dialético, esse é o tema do primeiro capítulo. Perceber como um discurso específico (e, portanto, parte de uma ideologia), foi fundamental para a reorganização e redistribuição da riqueza no império sob a liderança de Henrique III, é tema do segundo capítulo. Inserir os discursos sobre corrupção dentro desses processos discursivos, que por sua vez são constituídos dentro de uma ideologia que acompanha uma redistribuição de ordem material, é o tema do terceiro capítulo.

Nunca há, portanto, uma neutralidade ao falar sobre corrupção.

Sobre as Fontes.

Para esse trabalho, utilizo principalmente de três corpos documentais: O primeiro, consiste em algumas correspondências de Henrique IV, Imperador dos Romanos (1050-1106). Essas cartas selecionadas estão compiladas no livro *Imperial Lives and Letters of the Eleventh Century*, com tradução para o inglês pelos historiadores medievalistas Theodor E. Mommsen e Karl F. Morrison e publicado pela editora da universidade Columbia, no ano 2000. Essas cartas vão desde o início do reinado de Henrique IV, em 1065, até o ano de sua morte, 1106. O segundo corpo documental corresponde a um conjunto de cartas do Papa Gregório VII (1015-1085) selecionadas e compiladas no livro *The Correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum translated by Ephraim Emerton*, publicado também pela universidade Columbia. Essas cartas vão do ano que Gregório VII assume o papado, em 1073, até o ano do cerco da cidade de Roma e a expulsão do Papa por Henrique IV e o governo imperial, em 1084. O terceiro e último corpo documental consiste em um *Dossiê* contendo algumas crônicas do período, selecionadas, organizadas e traduzidas pelo professor Dr. Leandro Duarte Rust para fins da disciplina optativa *Corrupção e Revolução na Idade Média: Oficinas historiográficas*, ofertada no semestre de 2022/1, pelo Departamento de História da Universidade de Brasília. Ao longo do texto, quando precisar me referir a essas fontes, farei a referência aos textos em latim.

CAPÍTULO 1

A Partilha de Linguagem: Sobre a ideologia de governança sálica.

Antes de sua morte, Conrado II assegurou-se de conferir ao seu filho, Henrique III, mais títulos e poderes que a qualquer duque dentro do Império, de modo a mitigar possíveis contestações de sua sucessão ao trono imperial. Não só isso, Henrique III era desde 1028 um “monarca em espera”¹⁰, por assim dizer. Seu pai havia tratado de enviá-lo para ser educado na corte de Bruno de Augsburgo (1006-1029), irmão do antigo Imperador Henrique II¹¹, com o objetivo de prepará-lo para seu futuro como rei e, posteriormente, também imperador.

É possível enxergar na dinastia sálica uma ideologia de governança transpessoal, que legitima o futuro da dinastia como o justo governo. Enquanto houvesse reino, a dinastia Sálica o governaria¹². A legitimidade de ambos se misturava através dessa lógica. É possível perceber essa ideologia já em Conrado II, mas que se torna um projeto bem estabelecido apenas com seu filho, Henrique III. Tentativas de assegurar o futuro de uma dinastia no trono imperial eram comuns e até esperadas, o que havia de diferente na dinastia Sálica era a tentativa de implementar isso como uma ideologia política, o que possibilitou mudanças consideráveis na organização e redistribuição do território do Império.

Wippo, capelão real e biógrafo de Conrado II, cinco anos antes da coroação de Henrique III, presenteou o futuro imperador com um tratado. Nesse tratado, lei (*lex*) e graça (*gratia*) se uniam ao autor para construir um discurso de quatro caminhos em elogios e encorajamentos ao rei Henrique III¹³. O tratado incentivava o rei a conduzir toda a humanidade a uma era de paz

¹⁰Expressão de Stefan Weinfurter em: *The Salian Century: main currents in na Age of Transition/ Stefan Weinfurter*; translated dy Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pensylvania Press. 1999. p. 85.

¹¹ Henrique II (973-1024), da dinastia Otoniana, que precedeu a dinastia Sálica.

¹² WEINFURTER, Stefan. *Henry III: The Emperor and his critics em:The Salian Century: main currents in na Age of Transition/ Stefan Weinfurter*; translated dy Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pensylvania Press. 1999. p. 88.

¹³ *Ibidem*, p. 100.

completa e segundo a vontade de Deus. No entanto, essa paz completa só poderia ser atingida através da lei e da misericórdia.

Nas palavras contidas nesse tratado Wippo assemelha a imagem do Jovem Rei ao mais próximo possível do próprio Cristo, tornando-o o único real representante do governo de Deus na terra. A ausência de menção à responsabilidade da Igreja nessa “direção à paz completa” acusa a formação dessa nova ideologia: se antes “o Rei e a dignidade eclesiástica deveriam fazer uso um do outro para atingir os objetivos divinos”¹⁴, o rei agora é colocado como o maior responsável pela vontade de Deus. Essa nova ideologia repousa sobre um conceito teocrático que coloca o Rei Henrique III como o vetor da paz completa.

O abade Bern de Reichenau (978-1048), nomeado ainda no reinado de Henrique II, compara constantemente Henrique III ao Rei Davi, exaltando a ambos por pretensamente demonstrarem mão forte e misericórdia. Tais associações construam a ideia de que, assim como Davi trouxe uma era de ouro segundo o coração de Deus, da mesma forma Henrique III estava destinado a fazê-lo; assim como Davi reinou em paz antes de Cristo, o novo Rei traria a paz depois da primeira vinda.

Indícios materiais da potência dessa ideologia podem ser observados na expansão da Catedral real em Speyer. Com uma proporção sem igual, a catedral era o maior dos edifícios sagrados no norte dos Alpes. Além disso, as reformas também incluíram a expansão da cripta principal, abrigando espaço para túmulos de reis e rainhas sálicos de séculos por vir¹⁵. Essa ação passava a mensagem da inclusão do futuro da dinastia à instituição Imperial. O “por vir” transformava-se então em um campo de disputa por legitimação, e a Catedral de Speyer um dos centros de expressão desse poder.

O segundo casamento de Henrique III com Inês de Poitou em 1043, uma extrema devota e filha do duque Guilherme da Aquitânia, também pode ter feito parte dessa legitimação e servido para assegurar o apoio de certas elites eclesiásticas, inclusive da região da Bavária, ducado que se encontrava sob a administração de Guilherme IX. Podemos inferir que, como era de costume, as elites eclesiásticas e seculares de uma região mantinham relações de benefício mútuo, teias de reciprocidade.

¹⁴ Excerto da carta de Pedro Damião ao Rei Henrique IV, presente em: I. S. Robinson. *Henry IV of Germany (1056-1106)*. Cambridge University Press. 2004. p. 115.

¹⁵ WEINFURTER, *op. cit.*, p. 87.

As motivações da dinastia Sálica para implementar essa ideologia podem ter sido muitas, mas é possível que a influência tenha partido das ideias que o episcopado passou a fomentar no século XI. A ideia de uma continuidade, em que cada bispo se enxergava como parte de um elo que ligava todos os seus antecessores e sucessores, foi responsável pela renovação do pensamento eclesiástico mediante o fortalecimento de uma ideologia institucional¹⁶. Isso indica que a Igreja não se constituía como um núcleo fechado, à parte da ordem secular, mas influenciava e era influenciada por tensões exteriores aos núcleos eclesiásticos.

A possibilidade de diversas motivações e interesses em promover essa mudança não esconde suas qualidades fundamentais: a partir de um novo modelo de legitimação e de reconfiguração de poderes, os aliados de Henrique III buscam definir o que está fora e o que se encontra dentro desse novo modelo, construindo uma rede de aparelhos ideológicos que mantenham a reprodução dessa ideologia. As prerrogativas do Papa são suspensas para dar lugar a maiores prerrogativas para o Imperador.

O abade Bern de Reichnau disserta de forma semelhante em uma carta entre 1044 e 1045, ao dizer que Deus enviou os bispos ao mundo para guiar o rei a fim de que ele, tomado de misericórdia divina e graça, possa conquistar a paz para todo o reino¹⁷. Percebe-se então que, apesar do papado não ser citado diretamente no tratado de Wippo, o poder eclesiástico não era uma força passível de ser ignorada, sobretudo no que concerne a importância dos bispos na configuração e na difusão dessa ideologia.

Sobre isso, há de se considerar a importância dos bispos na sua capacidade de atuar como intermediários entre a coletividade celestial e terrena¹⁸. A normativa que os permitia conduzirem a missa coletiva abria a possibilidade de capilarizar a nova ideologia a várias camadas sociais; o capital religioso que emanava da figura desses líderes os colocava como próximos de Deus e aptos a transmitirem a mensagem.

Havia, portanto, uma disputa vinculada a apropriação de cargos altos na hierarquia eclesiástica, na medida em que tais posições permitiam controle sobre uma extensa rede

¹⁶*Ibidem.* p.89.

¹⁷*Ibidem.* p.100.

¹⁸BASTOS, Mário Jorge da Motta. A Igreja no Quadro da Sociedade Senhorial em: Assim na terra como no céu...: paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII) / Mário Jorge da Motta Bastos. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013. P.96.

fundiária e a gestão de patrimônios da Igreja, além de inserir-se dentro de um esquema de doações por meio de uma rede já consolidada pelo funcionamento dessa instituição. Assim, os bispos funcionavam ideológica e praticamente como intermediários entre duas coletividades fundamentais no sistema de produção feudal: a secular e a eclesiástica.

Assim dito, um adendo faz-se necessário. Dizer que havia uma competição entre famílias seculares por posições nas instituições eclesiásticas não é afiliar-se a qualquer linha de pensamento que enxergue a Igreja como uma instituição pura, à parte das relações seculares, e que vê a degradação dessa instituição à medida em que vai sendo ocupada por homens laicos; tampouco, a qualquer outra escola que perceba a Igreja como uma instituição passiva, apenas um meio que as elites medievais utilizavam em maior ou menor grau para arrendar mais poderes para si mesmas. O que defendo é que as ordens eclesiásticas e as ordens seculares estavam plenamente integradas como sociedade feudal do período e, portanto, ambas se relacionavam dialeticamente, dentro de disputadas de poder e legitimidade¹⁹.

Tal concepção da forma em que essas instituições se relacionavam abre horizontes para novas possibilidades ao tornar possível enxergar o sagrado também como um campo de disputa. Há de se considerar que “o sagrado” não paira sobre as relações sociais, mas é constituído por e entre elas²⁰, necessitando de meios materiais que permitam sua reprodução e reafirmem sua legitimidade: controle de dioceses, catedrais, acesso a redes de comércio, aparelhos ideológicos, etc. Por se tratar de uma sociedade altamente ritualista, também é necessário o monopólio sobre rituais litúrgicos, o fomento na produção de crônicas, a criação de tratados, entre outros. Em suma, as disputas no interior das ordens eclesiásticas estavam integradas aos conflitos e tensões que ocorriam fora de seus muros.

Com isso posto, podemos seguir para os reflexos dessa ideologia que podem ser observados nos resultados do Concílio de Sutri. Em 1044, em meio a desavenças entre famílias importantes de Roma, o Papa Bento IX, da família *tusculani*, é expulso da cidade e foge às pressas. Em seu lugar assume Silvestre III, da casa *crescenti*, no início do ano de 1045. Aproximadamente em março do mesmo ano Bento IX consegue recuperar o trono da Santa Sé

¹⁹*Ibidem*, p.98.

²⁰ *Ibidem*, p.98.

apenas para se desfazer dele novamente, supostamente por uma “grande quantia em dinheiro”²¹, e quem assume após isso tudo é João Graciano, com o nome de Gregório VI.

Dessa forma o trono da Santa Sé foi reclamado por três Papas diferentes entre 1044 e 1046. Os eventos que cercavam as eleições e deposições desses homens da batina (coroa papal) eram no mínimo suspeitos para quem observava. Em meio a tudo isso Henrique III contava com sua nomeação para o trono de Imperador, após sair vitorioso de uma campanha na Panônia. Apesar de crônicas posteriores a esse fato afirmarem que Henrique atravessara os Alpes com o objetivo de pôr fim à anarquia e a “heresia que ocorria na região da Itália”²², estudos contemporâneos sugerem que o rei tinha como objetivo receber o aval do Papa como líder do Império.

Henrique III teria chegado a Roma e, ao saber da situação conturbada diante da Santa Sé, teria convocado um concílio em Sutri. O futuro Imperador não poderia se arriscar a ter seu trono manchado se coroado por um Papa ilegítimo. Durante o concílio, tanto Bento IX quanto Silvestre III teriam sido considerados indignos de presidir o trono da Santa Sé. Gregório VI, por sua vez, teria admitido culpa e abdicado do trono por vontade própria. Ao sair da cidade Gregório VI foi acompanhado por Hildebrando de Soana, seu capelão, que seria conhecido posteriormente como Papa Gregório VII.

Outro sínodo foi convocado, em dezembro de 1046, dessa vez para eleger um novo Papa. O escolhido da vez foi o bispo Suidger, de Bamberg, com nome de Clemente II. Logo após sua nomeação, o mais novo papa coroou Henrique III e sua esposa Inês como Imperador e Imperatriz. No entanto, o Papa parece ter sido apenas um meio pelo qual Henrique recebeu sua coroa por Cristo, ao menos é assim que mostra a iconografia do *Codex Caesarius*, com imagem presente abaixo.

²¹ Natale Sancti Leoni Papae et Confessoris. In: PONCELET, Albert. Vie et Miracles du Pape S. Léon IX. Analecta Bollandiana, 1906, vol. 25, p. p. 275. Tradução do professor Dr. Leandro Duarte Rust.

²² *Ibidem*, p. 275-289.

FIGURA 1 - Codex Caesarius Upsaliensis



Codex Caesarius Upsaliensis (former Goslariensis), fol 10– 11. Photo: University of Uppsala.

Dessa forma, é possível perceber uma ideologia que permitia a intervenção direta do monarca no núcleo da Igreja, em sua partícula mais fundamental: na deposição de papas e na eleição do papado. Henrique III não teria apenas deposto três papas, mas teria salvado a Igreja, permitindo-a retornar ao seu lugar de direito, expulsando os homens indignos que haviam

capturado o trono sagrado, sempre com o objetivo de atingir a paz. Mais que isso, essa ação teria sido legítima, parte das prerrogativas desse monarca, e talvez até um ato de misericórdia.

Houve, é claro, vários membros da elite eclesiástica que criticaram as ações de Henrique III e a classificaram como atos de usurpação de prerrogativas de bispos, padres e papas, alegando que apenas os homens de dentro da Igreja poderiam decidir sobre uma questão como essa. No entanto, as crônicas que legitimavam as ações de Henrique III parecem ter causado um maior impacto na percepção pública e na memória desse evento. Em uma crônica sobre o Concílio de Sutri, Desidério de Monte Casino narra acerca das mazelas que proliferavam pela Itália e que encontravam raízes na mistura entre as leis humanas e as leis divinas. Após execrar os três papas como corruptores da Igreja, Desidério passa a falar sobre o Rei.

Nessa narrativa Henrique não aparece como um tirano ao convocar um concílio e depor os papas corruptos, mas sim como um purificador da Igreja, alguém que possuía um “espírito resoluto para aqueles que injustamente invadiram a Sé Apostólica”²³. Após as ações de Henrique III a Igreja retornaria ao seu verdadeiro caminho, sob um combate às “formas não canônicas de atuação de seus bispos e padres”²⁴. O rei, na crônica, aparece como protagonista da deposição, e o restante do clero parece estar lá para auxiliar as ações do rei e conferir-lhe maior legitimidade. No entanto esse protagonismo não é visto como uma usurpação de prerrogativas, mas como a justa atitude.

É possível perceber essa ideologia em funcionamento tanto no imediato das ações de Henrique durante o concílio de Sutri quanto na memória que se construiu sobre esse evento. Apenas por meio de um discurso que sobrepõe as prerrogativas do monarca às outras, dando mais ênfase ao protagonismo de Henrique na conquista da paz completa e o legitimando como o maior responsável pela execução da vontade divina, é que foi possível a um governante secular depor um governante eclesiástico.

Tratou-se também de assegurar a construção de uma memória que legitimasse essas ações para a posteridade, por meio da construção de crônicas e anais que ressignificavam esses atos e acusavam essa mesma ideologia. Isso, sem dúvida, só foi possível, ao assegurar uma

²³ DESIDÉRIO DE MONTE CASSINO. *Dialogi de Miraculis Sancti Benedicti*. MGH SS 30.2: p. 1141-1143. Tradução do professor Dr. Leandro Duarte Rust.

²⁴ *Ibidem*. p.1141-1143.

ampla rede de aparelhos ideológicos²⁵ que constituíam a materialidade desse discurso por meio de nomeações de bispos, construções de catedrais, missas coletivas e etc. A definição entre sagrado e profano necessita de um discurso que identifique e classifique esses antagonismos. Um ato é sempre tolerável até que se construa uma linguagem capaz de configurar esse ato como intolerável.

Além disso, as ações de Henrique III durante o concílio servem ao mais imediato das suas necessidades. Após a deposição dos três papas o rei consegue vincular a Igreja de Roma ao modelo da Igreja Imperial: os próximos três papas ao assumirem o trono da Santa Sé seriam bispos germânicos que não desistiram de seus bispados após chegarem ao papado. Como apontei anteriormente, o papel dos bispos era fundamental nessa nova ideologia, ao se apresentarem como intermediários entre a coletividade secular e a eclesiástica, além de zelarem pela reprodução dos aparelhos ideológicos que capilarizavam essa mesma ideologia.

Sob o papado de Leão IX, a Igreja combateu com afinco a simonia e o casamento de clérigos. Durante o seu período de cinco anos no trono da Igreja Leão IX convocou um total de doze sínodos nas regiões das atuais Itália, Alemanha e França, com o objetivo de lidar com essas corrupções dentro do clero. O Papa teria inclusive advogado pela invalidação de todas as consagrações efetuadas por simoníacos²⁶.

Seria interessante, em trabalho posterior, investigar a qualidade desses sínodos, entendendo que a simonia permitia uma suficiente flexibilidade na sua interpretação e aplicação. Assim, tornar-se-ia possível buscar a relação genealógica dos bispos excomungados sob as ordens de Leão IX, a quais outras famílias eles estavam relacionados, e suas posições na reprodução material da região e com o próprio governo imperial. Uma pesquisa como essa não teria como objetivo colocar-se como juiz dos atos perpetrados pelo Papa, mas sim de inserir esses atos dentro de uma disputa de poder própria do século XI, percebendo as relações entre Igreja e as aristocracias seculares, assim como as contradições geradas pelas tensões provocadas entre esses dois grupos.

²⁵ Faço referência a noção de *Aparelho Ideológico de Estado* presente em: ALTHUSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado em: Um Mapa da Ideologia/ Theodor W. Adorno ... [et. al.]; organização Slavoj Žižek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

²⁶ WEINFURTER, Stefan. Henry III: The Emperor and his critics em: The Salian Century: main currents in na Age of Transition/ Stefan Weinfurter; translated by Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pennsylvania Press. 1999.

Espero ter conseguido demonstrar até aqui a capacidade dessa ideologia, em um curto período de tempo, de ganhar capilaridade e legitimar ações que outrora seriam vistas como usurpações de prerrogativas eclesiásticas. Isso só foi possível graças ao papel de privilégio de bispos e outros membros da elite eclesiástica na criação e reprodução de discursos legitimadores, por meio de uma rede material que tornava essas ações possíveis.

Apoiando-se em uma nova ideologia e, é claro, um momento favorável de fragilidade no centro da instituição eclesiástica, Henrique conseguiu interferir em uma eleição papal e inserir a Igreja de Roma no funcionamento da Igreja Imperial, apontando um Papa com origem Germânica para ocupar o trono da Santa Sé. Suas ações foram legitimadas e defendidas por meio de crônicas, passando para a posteridade como atos legítimos de um homem digno de exercer a vontade divina.

Não foi possível, por limitação de tempo e acesso a fontes, explorar mais calmamente as relações de Henrique III com os bispos indicados, assim como as relações de suas casas com a dinastia sálica. Me apoiei nas interpretações de Stefan Weinfurter²⁷, que defende uma tentativa de mudança estrutural tanto no cargo de arque capelão quanto nas pessoas a ocuparem altos cargos na Igreja Imperial, buscando uma relação mais direta com o Imperador.

No próximo capítulo, tenho como objetivo demonstrar o controle fundiário que acompanhou a implementação dessa ideologia, o qual chamarei de *partilha de riqueza*, as estratégias utilizadas por Henrique III na busca pelo controle e redistribuição dessas terras, e a resposta de elites italianas a esse modelo, com novos casamentos, novas alianças e até recorrendo a conflitos abertos. Ainda, tento demonstrar que a visão de Henrique III como um monarca devotado a conciliar os conflitos do reino, usualmente transmitida das fontes para a historiografia, não explica satisfatoriamente esse personagem.

Por fim, tento demonstrar, através de análises, como Henrique III preocupava-se com a continuidade de sua dinastia. Apoando-se na ideologia de governança sálica e na situação singular do papado, o Imperador buscou garantir que a redistribuição de riquezas garantisse a reprodução das ideologias que legitimavam a manutenção dos centros de poder de sua família.

²⁷*Ibidem.*

CAPÍTULO 2

A Partilha de Riqueza: sobre a organização material da dinastia sálica.

Antes de explicar as mudanças no controle e distribuição de terras em certas regiões da Itália após 1050, é necessário explicar como esses territórios eram divididos no período anterior. Apenas dessa forma é possível apreender as mudanças efetuadas e como a ideologia sálica afetou e foi afetada pelas condições próprias dessas regiões, qual foi o contexto das estratégias adotadas pelo Imperador Henrique III, e como algumas elites italianas responderam a esse processo.

Segundo Alessio Fiore²⁸, a estrutura de poder na Itália no período anterior a 1050 era bem variada, com muitos centros de poder urbanos que eram usualmente governados por autoridades episcopais, além de porções significativas de terras de cultivo, ao redor das cidades. Nesse contexto, a regra era uma separação da propriedade de forma mais ou menos igualitária entre os filhos homens, o que levava necessariamente à fragmentação do território e consequentemente do poder de coerção e barganha dessas famílias.

É claro que algumas famílias montam estratégias para impedir essa fragmentação, sabendo que seu poder está atrelado também a um maior e mais eficiente controle fundiário, principalmente na medida em que o exercício do poder é dependente do território e do controle da terra a nível local. Uma das estratégias utilizadas, por exemplo, foi a tentativa de limitar o número de descendentes que cada membro da família poderia ter²⁹; outra foi permitir que os

²⁸ FIORE, Alessio. The structure of the kingdom in the mid-eleventh century em: FIORE, Alessio. *The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130*. Oxford University Press. 2020.

²⁹ FIORE, Alessio. On the apparent irrationality of dynastic strategies: political plans and family tensions in: FIORE, Alessio. *The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130*. Oxford University Press. 2020.

filhos mais novos começassem sua própria linhagem, recebendo apenas uma pequena parcela do território do herdeiro³⁰.

O que tento demonstrar, com o pequeno parágrafo acima, é que as elites locais não adotavam uma postura passiva quanto a sua relação com a terra, aderindo cegamente às tradições a despeito de seus ganhos e benefícios. Ao contrário, essas elites sabiam muito bem como navegar entre suas tradições e se adaptarem quando fosse necessário. Não havia nada de ingênuo no comportamento adotado por elas, como mostra a Reforma das Benesses de 1037, que passou a impedir os senhores de disporem livremente de suas propriedades.

Em 1035 uma revolta eclode em Milão. O conflito teve início com a insatisfação de um vavassalo contra o arcebispo, de quem ele explorava a terra em troca dos serviços militares prestados³¹. Os conflitos desenvolveram-se de tal forma que, em dezembro daquele ano, nos arredores de Motta, um exército de vavassalos derrota as forças de grandes elites da terra, dentre eles o próprio Arcebispo de Milão e o Marquês de Turin. Os vavassalos entram na cidade e os conflitos prosseguem até finalmente chegarem a um impasse completo. Após isso, o Imperador teria chegado à cidade com seus exércitos e resolvido a situação. É necessário falar também que essa revolta pode ser vista como uma insurreição dos líderes populares contra uma elite que tinha seu território atrelado ao episcopado, como é colocado por Leandro Duarte Rust³².

Já em maio de 1037 Conrado volta a Milão, mas dessa vez para opor-se ao arcebispo em um grande cerco. Enquanto o cerco acontecia, Conrado haveria legislado sobre os direitos de terra na Itália. Com essa reforma os bens dos inferiores não poderiam ser suprimidos sem que houvesse uma justificativa legal. Assim, um guerreiro que recebesse o uso de um patrimônio eclesiástico estaria amparado por uma lei estabelecida pelo próprio Imperador a usufruir e até transmitir esse direito para seus descendentes. Ficava também proibido a um senhor envolver um território que estivesse sob o uso de um guerreiro sem o consentimento do mesmo.

Com esse texto, a dinastia sálica incorpora o elo mais fraco á sua rede de proteção.³³. Relações de usufruto agora tinham uma proteção editada pelo Imperador. Com isso, a coroa

³⁰ *Ibidem*.

³¹ RUST, Leandro Duarte. O homem que foi três vezes Papa. Pp.19-20. No prelo.

³² *Ibidem*, pp. 20-21.

³³ *Ibidem*, p. 21.

imperial se apresenta como a defensora dos direitos dos pequenos proprietários contra os grandes latifundiários, tais como bispos, abades e parte de uma elite tradicional da Itália.

Essa reforma também parece levar à estabilização dos conflitos por terra entre irmãos, ao mesmo tempo que promove a consolidação de certas elites proprietárias de terras nas áreas agrárias, as quais tornam-se necessariamente ainda mais ligadas à propriedade para o exercício de seus poderes. Por outro lado, há um aumento de conflitos entre os pequenos e médios senhores, juntamente com a busca de autonomia por centros menores de poder, visto que a desapropriação violenta da terra passa a ser um recurso alternativo ao antigo modelo de emprazamento de terras. Algumas elites aristocráticas são hábeis em explorar essa nova estrutura ao usarem de seus exércitos para se estabelecerem como líderes em suas próprias redes de poder.

Há, também, um aumento nas concessões de direitos territoriais³⁴, dados pelo monarca, à aristocracia laica e às igrejas. Ainda assim, um grande número de terras permaneceu nas mãos de bispos e outras autoridades públicas locais. Dessa forma, direitos tradicionais passaram a coexistir de forma mais direta com novas formas legais de exercício de poder, próprios a uma coletividade estranha ao modelo de partilha tradicional. É difícil determinar até que ponto essas mudanças afetaram as relações internas das elites tradicionais, mas a agressividade que segue essa reestruturação nos dá indícios que foi de forma significativa.

Sobre isso, Alessio Fiore fala sobre o aumento das expropriações forçadas nesse período, principalmente sobre pequenos proprietários e até sobre terras alodiais³⁵. Apesar de essas expropriações serem uma forma de anexação já tradicionalmente estabelecida nesse período, na primeira metade do século XI adquiriu formas mais agressivas e violentas, além da estipulação de impostos (com base nos novos direitos territoriais), que acompanharam essas desapropriações.

A atmosfera gerada pela distribuição de terras e riquezas desse período era essa: centros urbanos e terras agrícolas coexistindo, uma elite que se reorganizava na tentativa de não fragmentar seu patrimônio, e o aumento de conflitos entre grandes e médios proprietários contra pequenos. Tudo isso somado ao ingresso de alguns poucos integrantes de uma elite exógena

³⁴ Chamo assim a prerrogativa, cedida pelo monarca, de exercer justiça, cobrar impostos e usufruir da terra, durante esse período.

³⁵ Terras Alodiais eram terras livres de forros ou obrigações para com o senhor feudal. Esses territórios eram inalienáveis.

nesse modelo de reprodução social, por meio das concessões de direitos territoriais distribuídos pelo monarca. Com esse panorama em mente, podemos prosseguir para as ações específicas de Henrique III na região da Itália.

O Imperador tinha um problema sutil, mas ainda assim de extrema importância para lidar: além da insatisfação de boa parte da elite italiana, pelo ingresso de um papa de origem germânica na Santa Sé, o poder real do imperador só se fazia presente na Itália quando seus exércitos se encontravam ao sul dos Alpes³⁶. É claro que o imperador era percebido como autoridade máxima nos assuntos concernentes ao reino, mas de um ponto de vista prático, mesmo as propriedades do monarca na Itália eram muitas vezes controladas por atores políticos italianos.

Henrique III não poderia simplesmente remover títulos e propriedades na Itália e colocar outros, visto que isso exigia acionar uma grande malha política, além de ser uma aposta de alto custo para seu capital simbólico. O que restou foi usar de suas prerrogativas para nomear bispos e abades, o que parece ter sido feito com a ajuda do novo Papa, Clemente II. Os apontamentos feitos por Henrique III para bispados e abadias parecem ter sido efetuados sem críticas dos reformadores, apesar de as críticas sobre as nomeações começarem logo após a sua morte³⁷.

O Imperador também tenta contornar essa ausência de total liberdade na Itália ao buscar relações mais diretas com líderes locais e pequenos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. As comunidades de homens livres³⁸, muitas beneficiadas pela reforma de Conrado II, agora percebiam o imperador como o protetor de suas prerrogativas. O Imperador buscou aproveitar-se dessa nova balança política. Um bom exemplo nesse sentido são suas ações em Valmonica, um vale alpino da Lombardia. Henrique usou da corte Real de Darfo para estabelecer laços com as comunidades da área e minar outros poderes, como os de bispos não aliados³⁹.

Dessa forma, a situação dentro da Itália era delicada e o Imperador tinha poderes limitados. A distância entre os dois reinos e a ausência do imperador e seu exército impunham

³⁶ FIORE, Alessio. *Imperial Power: crisis and transformation* in: FIORE, Alessio. *The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130*. Oxford University Press. 2020.

³⁷ I. S. Robinson. Henry IV, the imperial Church and the reform papacy in: I. S. Robinson. *Henry IV of Germany (1056-1106)*. Cambridge University Press. 2004. p.115.

³⁸ Tradução livre para o português de “community of freeman” em: FIORI, Alessio. *Imperial Power: crisis and transformation* in: FIORE, Alessio. *The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130*. Oxford University Press. 2020.

³⁹ FIORE, *op. cit.*, p.39.

limites ao poder que ele poderia exercer naquele território. Assim, dentro das limitações colocadas, Henrique III tenta reorganizar a partilha da riqueza das formas que lhe eram possíveis: com nomeações de bispos e abades e construindo uma relação mais direta com comunidades livres, dentro de um contexto em que essas comunidades estavam sendo violentamente expropriadas por médios e grandes senhores tradicionais.

Nesse mesmo período irrompe uma revolta na fronteira do reino com a França. Os ducados da Baixa Lotaríngia e da Alta Lotaríngia eram controlados pelo Duque Gozelo I, da casa Ardenne-Verdun, sob a autoridade cedida pelo Imperador. Após a morte de seu pai, Godofredo, o Barbudo, que já possuía autoridade partilhada com o Duque Gozelo I sob o ducado da Alta Lotaríngia, esperava conseguir os direitos sobre os dois ducados. Henrique III se aproveita da situação e cede o ducado da Baixa Lotaríngia ao irmão mais novo de Godofredo, Gozelo II.

Godofredo enxerga essa atitude como uma usurpação de seus direitos hereditários como duque e uma ameaça à unidade e à força do reino de sua família. Quando Godofredo não aceita a ação de Henrique III como legítima, o Imperador assume o duque como um rebelde e toma uma atitude para cerceá-lo. A Rebelião de Godofredo, o Barbudo, acontece duas vezes, entre 1044 a 1045 e entre 1047 a 1049, e em ambas as vezes o Imperador sai vitorioso em um conflito aberto. Após ser excomungado pelo Papa Leão IX durante a segunda rebelião, Godofredo não tem outra opção a não ser submeter-se ao Imperador⁴⁰.

No ano de 1054, no entanto, Godofredo é capaz de estabelecer um novo centro de poder para si na Itália, ao casar-se com a viúva do marquês Bonifácio III: Beatriz, da Toscana. Henrique III parecia determinado a impedir a consolidação do poder do antigo duque Lotaríngio, ao levar seu exército para a Itália a fim de desafiar o casamento do nobre. Godofredo consegue escapar por pouco, mas Henrique leva Beatriz e sua filha, Matilda, como prisioneiras e exige ao Papa Victor II, sucessor de Leão IX, entregar-lhe Frederico, Cardeal Presbítero e irmão de Godofredo.

A partir de uma ideologia iniciada com as ações de seu pai, Conrado II, Henrique III reafirma seu poder como Imperador nos territórios que possui direitos, na Itália. Ao fazer isso,

⁴⁰ WEINFURTER, Stefan. Henry III: The Emperor and his critics em: The Salian Century: main currents in the Age of Transition/ Stefan Weinfurter; translated by Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pennsylvania Press. 1999. p.106.

no entanto, o Imperador acirra a competição senhorial nesses mesmos territórios. Tomemos novamente de exemplo a mudança na estrutura fundiária efetuada pela reforma das Benesses de 1037, por Conrado II, e explorada no início desse capítulo. Ao colocar-se como protetor dos pequenos proprietários, valendo-se dessa estrutura jurídica, Henrique força a elite rural a estruturar novas alianças, em suma, a alterar o modelo antigo.

É importante constatar que tanto Godofredo quanto Henrique III enxergavam suas ações como legítimas. É possível pensar que nenhum deles acreditava estar ferindo a unidade do reino. Godofredo, por um lado, buscou preservar suas prerrogativas como duque e manter a integridade do território de sua família, apoiando-se em seus direitos tradicionais; por outro lado, Henrique III apoiou-se na nova ideologia da dinastia sálica que estava em andamento e que lhe permitia distribuir territórios da forma que melhor lhe servisse, desde que respeitando o direito à herança dentro de um espectro de nobres de determinada família.

Resta ainda uma questão: por quê Henrique teria sido tão implacável ao impedir a união de Godofredo com Beatriz, da Toscana? Podemos apenas conjecturar. No entanto, é possível pensar que ele quisesse impedir a união de dois poderosos rivais. Ao não transmitir o ducado da baixa Lotaríngia a Godofredo, Henrique poderia querer suprimir o poder de um poderoso adversário político, o que se tornou possível ao apoiar-se na nova ideologia de governança sálica. O casamento entre o Duque e Beatriz de Toscana, no entanto, deve ter sido uma surpresa para o Imperador.

Esse casamento representava a convergência entre dois conflitos: De um lado, um Duque que tradicionalmente governou a Lotaríngia através de seus direitos de herança e que se sente usurpado pela nova redistribuição de terras, fruto da nova governança do Imperador; de outro, uma poderosa e experiente marquesa, vinda de uma elite tradicional na Itália e que era atingida pela nova redistribuição de riquezas que o Imperador fazia na Itália. É possível que Henrique quisesse impedir a união de dois adversários formidáveis que estavam sendo atingidos pela reorganização do território do Império.

Dessa forma, fica evidente que parte das elites tradicionais, essas que se sentiam usurpadas em seus direitos, não assistiam passivamente as ações do Imperador na Itália, mas também se organizavam política e estrategicamente para responder às ações do monarca. Por essa lente é possível enxergar sentido no casamento de Beatriz com Godofredo e ao mesmo tempo explicar a forte reação do Imperador, muitas vezes lida como exagerada e desmedida

pela historiografia, a exemplo de Stefan Weinfurter, quando coloca que “o Imperador estava furioso e ferozmente determinado a minar a tentativa de Godofredo estabelecer um novo centro de poder”⁴¹, e que “fica evidente que tal postura [de Henrique III] carecia de bases sólidas”⁴².

A ação rápida do Papa Leão IX, ao excomungar Godofredo, também chama a atenção. As fortes relações entre a Igreja e o Império durante o reinado de Henrique III permitiam ao Imperador possibilidades únicas de manejar situações como essa, acionando uma malha complexa de relações. Excomungar Godofredo foi uma tentativa de isolá-lo, minar o seu poder. Isso muda drasticamente em 1057, quando Frederico, irmão de Godofredo, que foi capturado pelo Imperador, ascende ao papado como Estevão IX. Claro sinal de que as balanças políticas passavam por mais uma mudança.

Em alguma medida, Henrique III foi bem-sucedido em sua tentativa de enfraquecer o poder de seus adversários, ainda que por um curto período de tempo. Godofredo teria se reconciliado com a coroa apenas pouco antes da morte do Imperador, em 1056, principalmente para tentar amenizar os conflitos causados pelo enfraquecimento da autoridade Ducal na Lotaríngia, que passou a ser disputada por diversos atores políticos,⁴³ o que trouxe cada vez mais dificuldades para a autoridade imperial.

Com o panorama construído até aqui, é possível questionar a ideia de um Imperador inflexível quanto aos assuntos clericais e que não executasse ações vacilantes ou contraditórias. Henrique III agiu muitas vezes com o objetivo de redistribuir o território da forma que melhor servisse à sua dinastia e à manutenção da ideologia sálica, o que muitas vezes levou o reino a situações precárias e que são mais duramente sentidas no reinado de seu filho.

Espero ter conseguido demonstrar também que a partilha da ideologia sálica acompanhou uma redistribuição de riquezas e territórios, necessários para a sua manutenção. Sendo assim, ambos os modelos, a partilha da linguagem e a partilha de riquezas, andaram juntos durante o reinado de Henrique III em uma concepção dialética de produção/reprodução. Como escrevi no capítulo anterior, uma ideologia necessita de aparelhos ideológicos capazes de manter ativa a propagação de sua visão de mundo. Isso significa que é necessário conquistar

⁴¹ *Ibidem*, p. 106.

⁴² *Ibidem*, p. 106.

⁴³ Para mais informações ver WEINFURTER, Stefan. Henry III: The Emperor peace and his critics in: The Salian Century: main currents in the age of transition/Stefan Weinfurter, translated by Barbara M. Bowlus; Foreword by Charles R. Bowlus. University of Pennsylvania Press. 1999. P.106-107.

territórios, assegurar postos dentro da igreja, monopolizar rituais litúrgicos, fomentar a produção de crônicas, entre outras coisas. As lutas pelo controle desses aparelhos ideológicos correspondem a parte dessa disputa pelos aparelhos que legitimam quem pode ditar a justiça, retórica fundamental para o exercício do poder feudal.

A partilha de riqueza, da qual eu tento demonstrar um pouco de minha percepção sobre sua operação nesse capítulo, corresponde a tentativa de redistribuir os próprios aparelhos que transformam as relações sociais do período, ou seja, legitimam novas relações. Uma parte desse conflito se constitui justamente no desenrolar dessa redistribuição em forma de disputa entre as classes envolvidas. Tomemos de exemplo a memória construída pela crônica de Raul Glaber, um monge beneditino francês, sobre o Concílio de Pavia e as ações do Imperador Henrique III.

Em 25 de outubro de 1045, em Pavia, o Rei Henrique III teria proferido um discurso contundente contra a simonia clerical. Segundo Glaber, após exortar o próprio pai por “exercer em sua vida essa mesma condenável avareza”, o Rei teria dito que essa era a razão das mazelas que recaíam sobre os homens, como “a fome, a mortalidade e a guerra. Pois todos os graus eclesiásticos, do sumo pontífice até o hostiário estão oprimidos pelo preço de suas condenações”⁴⁴. Após os bispos presentes implorarem por misericórdia, Henrique teria dito: “Ide, e ocupai-vos de empregar bem o que aceitaram ilicitamente”⁴⁵, em um modo de falar que lembrava ainda o próprio Cristo, como aponta Leandro Rust⁴⁶.

Mais interessante que tentar destrinchar das palavras da crônica a concretude dos fatos das projeções do monge beneditino, para o objetivo da nossa análise vale a pena pensarmos nas implicações políticas da escrita de uma crônica como esta, isso é, o que uma percepção do rei como propulsor de uma moral clerical possibilita às suas ações? O que proponho é perceber a crônica de Glaber como um produto de ideologia, sendo assim, produzido sobre um aparelho ideológico que tem como objetivo principal assegurar um certo modelo de reprodução e partilha de riquezas.

Essa imagem de Henrique III, como um homem santo, justo e misericordioso, o coloca como passível de exercer justiça ainda no próprio núcleo da economia eclesiástica, isso é, na

⁴⁴RAUL GLABER. *Historiarum Libri Quinque ab anno Incarnationis DCCCC usque ad annum MXLIV*. In: FRANCE, John (Ed.). *Rodulfus Glabert. The Five Books of the Histories*. Oxford: Clarendon Press, 2002, p. 251-252. Tradução do Professor Dr. Leandro Duarte Rust.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ RUST, Leandro Duarte. *O homem que foi três vezes Papa*. Pg. 63. No prelo.

nomeação de bispados e em assegurar que esses sejam exercidos da melhor forma. Se o conteúdo da crônica possui mais ou menos veracidade pouco importa, o que é importa é como o conteúdo enunciado, a partir de um sujeito, se relaciona com uma estrutura de dominação a fim de garantir sua legitimação, o que nem sempre acontece de maneira transparente⁴⁷.

Ora, ao mesmo tempo em que o Rei reassegura seus direitos de acordo com as prerrogativas da dinastia sálica, suas ações levam ao tensionamento de um patrimônio já estabelecido dentro da Igreja de Roma e que se relacionava com a concentração fundiária da elite secular romana. Há de se lembrar que bispos e outros cargos mais altos da estrutura eclesiástica possuíam um território atrelado ao título.

No próximo capítulo, me debruçarei mais claramente sobre o assunto da corrupção, ou melhor, da corrupção como discurso. O caminho percorrido até aqui foi necessário para defender a orientação do próximo capítulo: a disputa sobre o poder de definir a separação entre um ato ilícito e uma corrupção deve ser enxergado à luz das correlações de forças que sustentam esse discurso específico.

Para esse fim, buscarei demonstrar de forma mais clara os conflitos gerados por esse modelo de governança, que se intensificam após a morte de Henrique III e a nomeação de Gregório VII. Também buscarei explorar, ainda que brevemente, as alianças formadas entre o Papa e os reformadores, e Beatriz e Matilda, da Toscana. O apoio político e militar dessas poderosas marquesas foi fundamental para Gregório VII desafiar o poder da dinastia Sálica, o que culmina na excomunhão de Henrique IV.

Por fim, farei análise dos discursos presentes na correspondência entre Gregório VII e Henrique IV, valendo-me principalmente da segunda e da terceira parte da obra de Michel Pêcheux⁴⁸. Com isso, tenho como objetivo enquadrar o discurso sobre corrupção dentro das disputas no interior dos aparelhos ideológicos e da redistribuição de riquezas e territórios do período. Compreendendo que a corrupção não possui significado intrínseco, mas necessita de uma linguagem que a configure como tal.

⁴⁷ ZIZEK, Slavoj. Ideologia: a análise espectral de um conceito in: Um Mapa da Ideologia/ Theodor W. Adorno ... [et. al.]; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.13.

⁴⁸ PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

CAPÍTULO 3

Nomeando o Intolerável: A corrupção como um campo de disputa

Em 1065, em Worms, Henrique IV tornou-se formalmente adulto aos quinze anos de idade através de uma cerimônia de cavalaria. Godofredo, o Barbudo, teria participado da mesma cerimônia como escudeiro do Rei⁴⁹. Henrique III assegurou-se de conseguir juramentos dos nobres para seu filho antes de morrer, buscando evitar assim contestações para seu reinado. No entanto, Henrique IV tinha apenas seis anos de idade quando o Imperador morreu, em 1056 e quem exerceu as prerrogativas sálicas em nome do Jovem Rei foi sua mãe e esposa do antigo Imperador, Inês de Poitou, até que sua maioridade fosse declarada.

Durante o período em que encabeçou as políticas do reino, Inês parece ter seguido o mesmo projeto de governança que seu marido, o Imperador Henrique III. A Imperatriz parece ter buscado reconciliações com os antigos rebeldes do reino, como Godofredo, o Barbudo, e seus aliados, e Conrado da Bavaria. Essa reaproximação se deu muitas vezes restituindo seus postos e cedendo territórios a esses antigos rebeldes. O historiador I. S. Robinson aponta que a principal preocupação de Inês, durante seu reinando, foi garantir condições seguras para

⁴⁹ WEINFURTER, Stefan. *Henry IV: King, Tyrant or Antichrist em: The Salian Century: main currents in na Age of Transition/ Stefan Weinfurter; translated by Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pencilvania Press. 1999.*

Henrique IV assumir a coroa e se resguardar de uma possível conspiração entre os príncipes para minar o poder da dinastia sálica⁵⁰.

Apesar de não haver um documento formal do juramento da fidelidade dos príncipes para com Inês, há uma carta de Gregório VII, datada de 1076, que faz referência a um juramento do tipo. Na carta o Papa lembra aos príncipes de ouvir os conselhos da Imperatriz Inês, concernentes a quem deve governar o reino. A interpretação de I. S. Robinson é a de que o Rei pode ter influenciado os príncipes seculares a fazerem esse juramento após a morte de seu filho mais novo, Conrado, com medo de que seu outro filho, Henrique IV, também morresse antes de atingir a maioridade⁵¹.

Com juramento direto ou não, Inês exerceu as prerrogativas sobre o reino sem maiores contestações diretas, exercendo seu poder de forma semelhante a Henrique III e cercando-se dos aliados de seu marido, além de perdoar antigos rebeldes e restituí-los na partilha de riquezas próprias da ideologia sálica. O cronista Lamberto de Hersfeld ainda pontua que “a suprema administração de todos os assuntos do reino permaneceu com a Imperatriz que os exerceu com tamanha cupidez [...], não houve rebelião ou desassossego”.⁵²

Ao mesmo tempo em que Inês governava, as importantes casas da Itália também passavam por um rearranjo. Como pontuei no capítulo anterior, o Imperador Henrique III combateu fortemente Godofredo, o Barbudo, quando esse tentou criar um novo centro de poder na Lotaríngia. Entretanto Godofredo retornou à Toscana com sua esposa, Beatriz, e sua enteada, Matilda, após a morte de Henrique III. O Duque, além de estar em termos com a coroa imperial, era agora um dos mais poderosos príncipes no reino italiano, tendo adquirido o Ducado de Espoleto e a Marca de Fermo.

Godofredo conseguiria intrincar-se ainda mais na concentração fundiária da Itália. Em 2 de agosto de 1057 Frederico de Lorena, irmão de Godofredo, ascende ao trono como Estevão IX. É seguro dizer que os resultados dessa eleição tensionavam a influência que a coroa imperial exercia no papado desde o reinado de Henrique III, pois agora a casa Canossa-Lotaríngia possuía os meios e a influência necessária para se colocar como a protetora dos interesses

⁵⁰ I. S. Robinson. Henry IV, the imperial Church and the reform papacy em: I. S. Robinson. Henry IV of Germany (1056-1106). Cambridge University Press. 2004. p. 31.

⁵¹ I. S. Robinson. Henry IV of Germany (1056-1106). Cambridge University Press. 2004. p. 28.

⁵² Lampert, *annales*, 1056. APUD I. S. Robinson. Henry IV, the imperial Church and the reform papacy in: I. S. Robinson. Henry IV of Germany (1056-1106). Cambridge University Press. 2004. p. 27.

eclesiásticos dentro da Itália. Não parece ser coincidência também uma maior aproximação de Godofredo com os reformadores durante esse período.

O Papa Estevão IX morre inesperadamente em 1058, mas as relações da casa Canossa-Lotaríngia com o papado não parecem ter acabado com a morte do pontífice. Os sucessores de Estevão IX são dois bispos da região da Toscana: Geraldo, de Florença, com o nome de Nicolas II (1058-1061); e Anselmo I, de Lucca, com o nome de Alexandre II (1061-1073). Ambos os papas, durante seu exercício como patriarcas da Igreja, mantiveram seus bispados, o que também sugere uma relação próxima com o marquês e a marquesa da Toscana, Godofredo e Beatriz.

Com isso, é possível dizer que a casa Canossa-Lotaríngia ganha o papel de protetora da Igreja e da Reforma Papal, antes exercido pelo Imperador sobre as prerrogativas da dinastia sálica. Entretanto, a forma como essa reforma seria impulsionada, e principalmente a partilha de riquezas que a acompanharia a partir de agora, precisaria ser radicalmente diferente, já que a ideologia que a acompanha não é mais a da dinastia sálica. Isso significa dizer que escolhas de bispos e outros cargos importantes na hierarquia clerical que antes não seriam contestadas abertamente, agora são passíveis de acusações.

Hildebrando de Soana, agora Papa Gregório VII e sucessor de Alexandre II, envia uma carta para Beatriz e Matilda de Toscana, em 1073. Nesse momento, Godofredo, o Barbado, já havia morrido e quem assumira a administração de suas terras foi seu filho, Godofredo da Lorena, ao casar-se com a filha de sua madrasta, Matilda, da Toscana. Na carta, Gregório VII aconselha Beatriz e Matilda a não comungarem com um bispo condenado e excomungado pelo crime de simonia. O papa ainda “implora que [as marquesas] evitem qualquer comunicação com esse grupo [...] enganadores como eles são”⁵³. O Papa segue a carta com explicações sobre o Rei e diz que:

é de nossa vontade enviar homens devotos a ele, a fim de que ele seja trazido de volta a lealdade e a sua mãe, a Igreja de Roma, assim como dá-lo instruções detalhadas da maneira correta de assumir o Império. Mas, se contrário a nossas esperanças, ele ousar dar as costas a nossa mãe, a Igreja Romana [...] é mais seguro resisti-lo até nossa morte em defesa da verdade que dar nosso consentimento para a iniquidade e apressar nossa ruína.⁵⁴

⁵³ The Correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum translated by Ephraim Emerton. Columbia University. First published in 1932. p. 9.

⁵⁴ *Ibidem*.

Sendo assim, as tensões entre o papado e o governo imperial já se intensificavam. Dentro dos documentos analisados essa é a segunda carta que coloca de forma explícita esse tensionamento, sendo a primeira do mesmo ano e enviada a Godofredo, marido de Matilda. É possível perceber, na linguagem escolhida pelo Papa, uma posição quase “paternal” para com o rei, termo que ele usa explicitamente em outra carta.⁵⁵ Esse uso da linguagem parece demonstrar que as próprias relações constituídas no reinado de Henrique III, através da ideologia sálica, também passavam por um tensionamento. Uma nova lógica entrava no jogo político.

O Rei, nesse período, estava preocupado principalmente com uma revolta na Saxônia. Assim que assumiu o reinado, uma das primeiras preocupações de Henrique IV foi exercer um maior controle sobre essa região, exigindo a construção de diversos castelos em locais estratégicos na região central da Saxônia. Além disso, a maioria dos ministeriais que exerciam poder em nome do rei nessa região eram de origem Suábia, externos à elite local, o que causa a insatisfação dos príncipes saxões.

Em 1073 irrompe a *Revolta Saxônica* (1073-1075). Essa revolta é associada a uma tentativa de controle financeiro exagerado por parte de Henrique IV, após o rei exigir várias minas de prata e um número considerável de fortalezas para protegê-las. As exigências dos revoltosos eram a destruição dos castelos do Rei, a restauração das propriedades dos príncipes e o Rei passar menos tempo na Saxônia.

Assim, apesar de ser o mesmo ano em que assume o pontificado, não parece ser uma coincidência o Papa escolher esse momento para confrontar Henrique IV, um momento em que a autoridade do Rei parecia frágil em um dos territórios importantes para o Império. O conflito parece se iniciar por conta do Bispo de Milão, Godofredo I, ser considerado simoníaco e ter sido excomungado por Gregório VII. A pedido de Gregório, Henrique deveria fazer cumprir a palavra do Papa.

Henrique IV envia uma resposta ao Papa ainda no ano de 1073. A linguagem usada pelo Rei também não parece ser coincidência quando ele se coloca como suplicante do perdão do

⁵⁵ “*Fatherly affection*” in: *The Correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum translated by Ephraim Emerton*. Columbia University. First published in 1932. p. 7.

Papa, ao se dirigir a ele como “Lorde, Papa, Gregório, distinguido pelos céus por sua dignidade apostólica”⁵⁶

Ao mais vigilante e zeloso, Senhor Papa, Gregório, distinguido pelos céus com dignidade apostólica. Henrique, pela graça de Deus, Rei dos Romanos, envia sua mais fiel expressão de devida subserviência

(...)

Infelizmente, somos culpados e miseráveis! Parcialmente pela inclinação do prazer jovial, parcialmente pela licença de nosso poder imperial, parcialmente também pelo engano sedutivo de quem os conselhos temos seguido (...) nós usurpamos propriedades eclesiásticas, mas também vendemos igrejas para homens indignos –homens envenenados pelo fel simonia(...) ⁵⁷

Henrique divide a culpa entre três partes, mas ainda assim admite parte dela, ao dizer que foi levado ao erro por prazer jovial e imaturo, ao mesmo tempo em que foi seduzido pelo engano de outros ao seguir seus conselhos. Ao admitir culpa talvez o Imperador se coloca como passível de receber perdão, possibilitando uma redenção para si. Isso aparece mais claramente ao final da carta, quando ele diz que outros de seus vassalos também estão cientes e que esse assunto será tratado posteriormente com maiores detalhes.

Se nos lembrarmos que essas cartas muitas vezes não correspondiam necessariamente a uma correspondência entre privados, mas eram escritas para serem lidas e relidas, possuindo um alto poder de circulação, é possível pensar que Henrique buscava se apresentar publicamente como um penitente arrependido. A escolha das palavras, a maneira de dirigir-se ao papa, e a expressão de “devida subserviência”⁵⁸ sugerem que Henrique buscava um espaço negociável, uma mediação no conflito, o que vai ao encontro da noção de público formulada por Georges Duby.⁵⁹

Para esse autor, O público estaria próximo daquilo que é negociável, uma relação em que ambos os sujeitos exercem sua influência a fim de chegar a um lugar comum, o oposto de uma relação imposta pela força. Sendo assim, Henrique parece apelar para esse público com o objetivo de adquirir maior poder de persuasão, escolhendo uma linguagem estratégica de

⁵⁶ Imperial lives and letters of the eleventh century. The letters of Henry IV. 2000. Carta 5, p. 141.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 141.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Poder privado, Poder Público in: História da vida privada 2: da Europa feudal à renascença/ organização: George Duby; tradução Maria Lúcia Machado - São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

enunciação ao apelar para uma imagem de referência ao “filho pródigo”⁶⁰, isso fica evidente na relação de subordinação expressa na carta.

Henrique IV tenta assim operar habilmente com as ferramentas que possui no momento para lidar com esse conflito, sujeitando-se à imagem de penitente para manter uma relação amigável ou ao menos tolerável com o Papa. A preocupação imediata do Rei era lidar com a revolta saxônica, e uma disputa direta com Gregório VII seria insustentável. É possível pensar que Henrique IV soubesse que a estrutura que permitiu seu pai atuar de forma tão ativa na redistribuição do território eclesiástico da Igreja Romana não era a mesma, e que essa condição tenha direcionado a linguagem escolhida pelo Rei.

Sendo assim, Henrique IV não poderia realizar as ações que antes seriam consideradas justas durante o reinado de Henrique III, pois a estrutura que dava significado àquelas ações tinha mudado fundamentalmente a partir de uma nova redistribuição, fomentando a constituição de uma nova ideologia (talvez ainda incipiente). É a ideologia de uma ação que dá um significado concreto a ela. Como pontuei nos capítulos anteriores, falar de uma “ideologia sálica” não se trata de fazer referência a um simples conjunto de ideias, mas a forças materiais que condicionam a possibilidade de ações políticas.

Em 1075 a revolta saxônica chega ao fim por meio de uma batalha decisiva. Após recuperar-se de uma forte doença que o havia atingido, Henrique IV viajara para Hersfeld com o objetivo de encontrar-se com os rebeldes. Ao chegar na cidade o Rei teria ficado impressionado com o tamanho do exército dos revoltosos, o que o forçou a tentar uma nova negociação, em vista do seu isolamento político. As exigências dos príncipes saxões continuavam as mesmas: Os castelos do Rei destruídos, as propriedades dos príncipes retornadas, o Rei passar menos tempo na Saxônia e o perdão para todos os rebeldes⁶¹.

Em meio a negociação os comuns da saxônia (*vulgus*), em revolta contra o Rei, teriam invadido o castelo de Harzburg e destruído o templo no interior do castelo, além de profanar os corpos do irmão de Henrique e do primeiro filho do Rei. Essa afronta teria gerado simpatia entre os príncipes e duques do reino e tirado Henrique IV de seu isolamento político. O

⁶⁰ Lucas 15: 11-32 em: Bíblia de referência Thompson. Tradução de João Ferreira de Almeida, Editora Vida, São Paulo –SP, 1997. p. 948.

⁶¹I. S. Robinson. Henry IV and Saxony, (1065-1075) em: I. S. Robinson. Henry IV of Germany (1056-1106). Cambridge University Press. 2004. pp. 93-99.

desenrolar dessa história é longo e muitas vezes contraditório, mas Henrique sairia vitorioso do conflito e conseguiria manter seus privilégios na Saxônia, além de punir alguns rebeldes e culpados pela profanação dos túmulos de seus familiares⁶².

O papa Gregório VII parabeniza Henrique IV por sua vitória na Saxônia em uma carta de dezembro de 1075, nessa correspondência, Gregório diz que “a rebelião na Saxônia foi quebrada por você (Henrique IV) mas através de Deus”⁶³ e pede para que “sob essas circunstâncias, seja promovida a vontade de Deus e não a nossa própria”⁶⁴. Gregório segue para a questão do bispo de Mainz, que foi julgado simoníaco e marcado com a anátema. Sobre as medidas a serem tomadas quanto ao bispado, o Papa diz:

Portanto, nós pedimos e comandamos a você que, em nome de São Pedro, cuide para que um pastor seja apontado aquela Igreja de acordo com as leis divinas, e que, com a ajuda de Deus, possa ser restaurado o que o ladrão maculou e recuperado o que ele desperdiçou.

Que o Deus todo poderoso, do qual todas as coisas boas procedem, proteja-nos com seu amor nessa vida e guie-nos com triunfo para a vida eterna, pelos méritos e intercessões dos apóstolos Pedro e Paulo⁶⁵.

Se a semântica da carta parece dúbia quanto a se o rei deveria apontar um novo bispo ou deveria apenas assegurar-se de que o bispo apontado pelo Papa assumisse, a minha hipótese é que foi proposital. Nesse período já havia sido estipulado pelo próprio Papa Gregório VII, em 1074, que a investidura de cargos episcopais era de responsabilidade da Igreja, e reis e Imperadores só poderiam fazê-lo quando a autoridade episcopal assim permitisse. Mesmo assim, em meio a uma disputa com Henrique IV, Gregório VII poderia estar permitindo que o Rei escolhesse outro para ocupar o lugar do simoníaco Hermano, bispo de Bamberg.

O papa percebe a mudança na balança política e as novas possibilidades de ação que Henrique IV possui ao sair vitorioso da batalha da Saxônia, e por isso busca uma renegociação com Henrique. Como colocado pelo próprio Papa, a rebelião na saxônia foi vencida pelo Rei, mas através de Deus. O resultado desse conflito reposiciona Henrique como o vetor da justiça divina, o que desempata sua disputa com Gregório VII. O resultado da guerra cria um direito fundamentalmente diferente do que era antes aparelhado.

⁶² *Ibidem*, pp. 93-99.

⁶³ The Correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum translated by Ephraim Emerton. Columbia University. First published in 1932. p. 84.

⁶⁴ *ibid.*

⁶⁵ *ibidem*, pp. 84-85.

Henrique, em 1076, envia uma carta para Gregório VII. Nessa carta, em um tom completamente diferente de 1073, Henrique dirige-se ao Papa como “Hildebrando, o falso monge”⁶⁶. O Rei acusa Hildebrando de ter causado confusão em toda a Igreja e de ter tratado seus subordinados como escravos. Ao fim da carta, Henrique pede ao Papa que ele desça do trono e permita que outro, alguém mais digno, ocupe o trono papal.

Henrique, não por usurpação, mas por piedosa ordenação de Deus, para Hildebrando, agora não papa, mas falso monge:

Você merece tal saudação por culpa da confusão que trouxe; pois você não deixou intocada qualquer ordem da Igreja da qual você poderia trazer confusão ao invés de honra, maldições ao invés de bençãos.

(...), mas você confundiu nossa humildade com medo, e assim ousou se levantar contra o próprio poder real, garantido [*granted*] a nós por Deus. Você ousou ameaçar retirar a nossa realeza(...)⁶⁷

Dessa forma, fica claro que a busca pela via da negociação que antes acontecia por parte de Henrique chegou ao fim. Henrique IV decide acusar abertamente Gregório VII e inclusive exigir que ele renuncie. O direito que se instala com a decisão de um vencedor da Revolta Saxônica permite a Henrique IV emergir como um sujeito de justiça e desempata o seu conflito com Gregório VII. É possível ainda que Henrique buscasse fazer um paralelo com a memória constituída sobre seu pai, no Concílio de Sutri. Assim como seu pai, ele acabava de sair vitorioso de uma campanha militar por providência divina; assim como seu pai, Henrique encontrara o trono papal maculado por homens indignos e buscava restituí-lo ao verdadeiro e justo caminho.

A partir dessa perspectiva é possível responder como Henrique IV passa de réu confesso ao Rei que deveria restituir a Igreja colocando fim às atrocidades do “falso monge”, Gregório VII. Henrique IV apresenta-se de forma diametralmente diferente para o Papa, em um curto período de tempo, porque o abrupto desequilíbrio na balança política permite tal atitude. Henrique IV lança as acusações contra Gregório VII para um nível fundamentalmente diferente de seu erro, quando, em 1073, “vendeu propriedades clericais para homens indignos”⁶⁸. Uma diferente correlação de forças conseguiu redimir um ato ilícito, assim como conseguiu transformar um outro ato em corrupto.

⁶⁶ Imperial lives and letters of the eleventh century. The letters of Henry IV. 2000. Carta 12. p. 150.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 150.

⁶⁸ Imperial lives and letters of the eleventh century. The letters of Henry IV. 2000. Carta 5, p. 141.

Como busquei apresentar em trabalho anterior⁶⁹, a noção de corrupção para Henrique IV parece se aproximar da ideia de falseamento. À medida que a disputa se intensifica, Henrique recusa-se a chamar Hildebrando de Papa, optando por interpelá-lo como “falso monge”. Segundo a lógica de Henrique IV, Hildebrando é um falso monge que chegou ao trono papal usurpando e causando a desunião da cristandade. Além disso, Henrique parece demonstrar a necessidade de publicização dos seus atos quando já em 1073 opta por tornar público seu erro, o que cria uma separação qualitativa de Gregório, que não admite seus próprios pecados, ao menos segundo a lógica de Henrique. Dessa forma, o que é corrupção parece ser disputado pelo Rei e por Gregório na medida em que ambos esses personagens são interpelados a tal.

É importante constatar que essas disputas não aconteceram em abstrato, mas pelo poder de poder ressignificar um ato concreto. A linguagem que um sujeito pode fazer emergir ou não em meio a essas disputas parece ser configurada também pela balança de forças que sustentam a formação do processo discursivo. Acessando ideologias diferentes, os sujeitos dentro do conflito podem imprimir significados diferentes sobre um mesmo ato.

Em diversas cartas o Rei respalda suas ações através do Sínodo de Worms e de vários bispos, revestindo suas decisões de autoridade eclesiástica e demonstrando que não age sozinho para ganhos pessoais, mas para o bem da Igreja. Manter essa disputa sozinho seria inviável: apenas por meio de um grande aparelho que permita fortes alianças foi que Henrique IV pode opor-se a Gregório, da mesma forma que a redistribuição de territórios na Itália permitiu ao Papa questionar as investiduras do Rei dos Romanos, Henrique.

Com isso posto, é possível questionar a ideia de que Gregório VII e Henrique IV foram personagens absolutamente coesos em suas ações, e sem qualquer contradição. Ambos os personagens parecem ter agido de forma pragmática e, portanto, contextual, no que dizia respeito a partilha de riquezas e redistribuição dos aparelhos ideológicos que suas posições permitiam. É isso, inclusive, que parece também sustentar seus processos discursivos onde são utilizadas acusações de corrupção.

⁶⁹ FRANCA, Fabrício. Uma política da anticorrupção? O poder imperial e o conflito de normas acerca da corrupção clerical (1073-1084). Projeto de iniciação científica orientado pelo professor Dr. Leandro Duarte Rust e apresentado no 28º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 19º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo que foi colocado nesse trabalho torna-se possível perceber como, a partir da redistribuição fomentada pela dinastia sálica, uma nova ideologia ganhou espaço na disputa política da época. O tratado escrito por Wippo e o *Codex Cesarius* são indícios da existência e da potência dessa ideologia. Ao enxergar *o sagrado* como um campo de disputa em que os diversos atores competem pela legitimidade de criar uma separação entre o que é santo e a sua contraparte, o profano, torna-se possível perceber a materialidade dessa ideologia na partilha dos aparelhos ideológicos durante o período estudado, sob a forma de mosteiros, territórios, castelos e propriedades clericais.

O Imperador Henrique III torna-se, através do sínodo de Worms, um pivô da justiça e da vontade de Cristo, ao restaurar a ordem no centro da Igreja de Roma, impedindo que homens indignos ocupem o lugar do Papa. Agir dessa forma só foi possível pela situação conturbada na Roma do período, mas exigiu que uma série de crônicas, tratados, imagens e iconografias apresentassem Henrique como um homem santo. Apenas apoiando-se em uma estrutura como essa, Henrique pôde enunciar-se como apto a agir no centro da Santa Sé.

Ao fomentar uma redistribuição de recursos e de territórios, à qual chamei *partilha de riquezas*, o imperador tensiona a repartição de um patrimônio tradicional da elite italiana ao valer-se da memória de seu pai, Conrado, como protetor dos interesses dos pequenos proprietários. Ao fazer isso, reafirmando suas prerrogativas, o Imperador também acirra uma competição senhorial dentro das elites italianas.

Ao mesmo tempo, as elites que eram afetadas por essa redistribuição se reorganizavam para formular uma resposta ao imperador e ao seu modelo. Isso pode ser melhor percebido no casamento de Godofredo, o Barbado, e Beatriz, da Toscana, ambos considerados grandes aliados da reforma sob a proteção da casa Canossa-Lotaríngia. Há também a sucessão de Papas com fortes ligações com a casa Canossa-Lotaríngia e a região da Toscana, começando com Estevão IX e que vai até Gregório VII. Essa ligação me parece fundamental para perceber a nova reorganização das elites italianas para responder ao poder da dinastia sálica.

Quando Henrique IV tenta acionar essa malha construída sobre o Império de seu pai, ao valer-se da prerrogativa das investiduras, a correlação de forças políticas já é fundamentalmente

diferente e não mais traduz as ações do Imperador de forma positiva. Me parece que essa é uma chave interpretativa que dá sentido às ações de Gregório VII e às ações de Henrique IV, de maneira que uma análise quantitativa ou que não levasse em conta a ideologia como força material não conseguiria captar. É por isso que as ações de Henrique IV são questionadas como atos corruptos e as ações de Henrique III não o são. O que é radicalmente diferente nesses dois casos é que a correlação de forças que dá significado aos dois atos é diferente, repousam sobre uma *partilha de linguagem* diferente.

No desembaraçar desse conflito, Henrique IV é excomungado e forçado a se reconciliar com o Papa Gregório em um ato de penitência, em Canossa. O local sugere ainda mais as relações dos reformadores, principalmente Gregório, com a casa Canossa-Lotaríngia. Alisson Creber, em um artigo, pontua a importância de Matilda, de Canossa e Adelaide, de Turim, na mediação do conflito entre a Coroa Imperial e o Papado.⁷⁰ Em 1080, no entanto, Henrique IV realiza um cerco à cidade de Roma e impõe à força a deposição de Gregório VII, que morre em exílio um ano depois.

Entretanto, o fundamental para nossa análise é perceber as relações que antecederam esse momento em que todas essas tensões foram descarregadas. Perceber as lógicas que sustentaram os processos discursivos que potencializaram a ideologia sálica me parece uma perspectiva de análise promissora, e que abre novas possibilidades para a compreensão desse período.

Compreendo que essa pesquisa busca abarcar um período relativamente longo, e talvez não explore as nuances de cada reinado e localidade com a paciência que uma pesquisa com uma menor delimitação o faria. No entanto, não encontrei outra maneira de apresentar com coerência um dos pontos cruciais desse trabalho, isto é, a ideologia sálica à época de Henrique III e a redistribuição de territórios que a acompanhou. Seria interessante, em pesquisas futuras, abordar mais calmamente as diferenças dessa redistribuição entre os territórios das atuais Itália e Alemanha, a fim de perceber as relações específicas e as tensões geradas entre a elite e o governo imperial em cada local.

⁷⁰ Alisson Creber. Women at Canossa. The role of royal and aristocratic women in the reconciliation between Pope Gregory VII and Henry IV of Germany em: V. Eads and T. Lazzari, eds., Matilda 900: Remembering Matilda of Canossa Wide World, a special edition of “Storicamente”: <http://storicamente.org/creber-women-canossa>, 2017. pp. 1-44.

Também seria interessante, em análises posteriores, explorar com mais calma a importância dos bispados e dos papéis dos bispos nessa disputa, entendendo que esses eram líderes religiosos e grandes senhores de terras, além de acumularem um certo caráter dual, portando faculdades seculares e eclesiásticas como é expresso por Ernest Kantorowicz⁷¹. A disputa sobre as investiduras parece ter se concentrado de forma indissociável a essa dualidade dos bispos. Sobre isso, ainda seria interessante buscar mais especificamente a relação dos bispados com o governo imperial, a fim de perceber como essa redistribuição se dava mais localizadamente. Nenhum desses pontos era um objetivo específico desse trabalho, mas creio que explorá-los futuramente poderia ser muito útil para uma apreensão mais completa sobre a disputa das investiduras e da transformação senhorial.

Contudo, acredito que uma análise que leve em conta a corrupção como um discurso e insira esses processos discursivos sobre a corrupção dentro de uma ideologia como força material lança luz a caminhos ainda pouco explorados pela historiografia. Por essa perspectiva, é possível conciliar a transformação senhorial com a disputa em torno das investiduras, assim como a disparidade entre as memórias sobre Henrique III e Henrique IV, além de se evitar cair em essencialismos ao explicar o Papa Gregório e o Imperador Henrique IV.

Análises simplistas sobre esse período histórico não conseguem explicar a maioria das contradições que cercam essas duas figuras, além de correr o risco de tropeçar em explicações teleológicas que identificam no Papa uma “força progressista” e no Rei uma “personalidade conservadora”. Ao propor uma análise materialista dos discursos sobre corrupção, é possível conciliar as cartas entre o imperador e Gregório VII com as disputas políticas à época e a mentalidade da dinastia sálica sobre as prerrogativas imperiais.

⁷¹ KANTOROWICZ, Ernest H. Os dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval/ Ernest w. Kantorowicz: Tradução: Cid Knipel Moreira. -São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

The Correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum translated by Ephraim Emerton. General Editor W.T.H Jackson. Columbia University Press, 1932.

Imperial Lives and Letters of the Eleventh Century. Translated by Theodor E. Mommsen and Karl F. Morrison. Edited By Robert L. Benson. New York: Columbia University Press, 2000.

Dossiê Documental Organizado e traduzido pelo Professor Dr. Leandro Duarte Rust para fins da disciplina *Corrupção e Revolução na Idade Média: Oficinas historiográficas*, ofertada no semestre de 2022/1, pelo Departamento de História da Universidade de Brasília.

Bibliografia

Alisson Creber. **Women at Canossa. The role of royal and aristocratic women in the reconciliation between Pope Gregory VII and Henry IV of Germany** em: V. Eads and T. Lazzari, eds., *Matilda 900: Remembering Matilda of Canossa* Wide World, a special edition of “Storicamente”: <http://storicamente.org/creber-women-canossa>, 2017.

Assim na terra como no céu...: paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII) / Mário Jorge da Motta Bastos. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

Bíblia de referência Thompson. Tradução de João Ferreira de Almeida, Editora Vida, São Paulo –SP, 1997.

Codex Caesarius Upsaliensis (former Goslariensis), fol 10– 11. Photo: University of Uppsala. Acesso em: <https://www.medieval.eu/henry-iii-holy-roman-emperor-1017-2017/> Último acesso em: 06/02/2023.

FRANCA, Fabrício. **Uma política da anticorrupção? O poder imperial e o conflito de normas acerca da corrupção clerical (1073-1084).** Projeto de iniciação científica orientado pelo professor Dr. Leandro Duarte Rust e apresentado no 28º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 19º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal. Acesso ao resumo em: < <https://sgcic.com.br/article/62c6668c1b3d2d02e62fbac7> >

FIORE, Alessio. **The Seigneurial Transformation: Power structures and political communication in the countryside in central and northern Italy, 1080-1130.** Oxford University Press. 2020.

História da vida privada 2: da Europa feudal à renascença/ organização: George Duby; tradução Maria Lúcia Machado - São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

I. S Robinson. **Henry IV of Germany (1056-1106).** Cambridge University Press. 2004.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval**/ Ernest w. Kantorowicz: Tradução: Cid Knipel Moreira. -São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUST, Leandro Duarte. **Mitos Papais: Política e imaginação na História**. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. - (Série A Igreja na História).

Rust, Leandro Duarte. **O homem que foi Três Vezes Papa**. No prelo.

Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

The Salian Century: main currents in na Age of Transition/ Stefan Weinfurter; translated by Barbara M. Boelus; Foreword by Charles M. Bowlus. University of Pennsylvania Press. 1999.

Um Mapa da Ideologia/ Theodor W. Adorno ... [et. al.]; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**/ Tradução: Miguel Serras Pereira. Boitempo Editorial, Kindle Edition. L. 1330.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Fabrízio Luciano de França, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre as Veredas da Justiça: a Transformação Senhorial e a corrupção clerical na corte de Henrique IV (1065-1106)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 16 de fevereiro de 2023

Fabrízio Luciano

Fabrízio Luciano de França